

Coordenação pedagógica: caminhando junto com a diversidade

Arrais, Iany Renata

Coordenação pedagógica: caminhando junto com a diversidade

Research, Society and Development, vol. 8, núm. 12, 2019

Universidade Federal de Itajubá, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662203040>

DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i12.1792>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Coordenação pedagógica: caminhando junto com a diversidade

Pedagogic coordination: diversity going along with diversity
Coordinación pedagógica: caminar juntos con la diversidad

Iany Renata Arrais ianyarrais11@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0003-3644-8985>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio extracurricular, em atividades na Coordenação Pedagógica, realizado numa instituição pública de ensino, da cidade de Natal/RN, com estudantes surdos do Ensino Médio. Caracteriza-se como um estudo descritivo, entre março de 2018 até o fim do primeiro semestre de 2019. Para a comunicação com os alunos surdos foi utilizada a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, reconhecida como a segunda língua oficial do Brasil pela lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Estudos envolvendo deficiências sensoriais podem indicar de forma mais clara as necessidades de aprendizagem e o uso de recursos ou suportes necessários ao atendimento aos alunos surdos. Dessa forma, entende-se que por mais que seja perceptível a necessidade de outras ações para uma aprendizagem significativa desses sujeitos, observa-se que há um despreparo na formação inicial/continuada daqueles que compõem a instituição de ensino (desde as pessoas que trabalham na portaria até os professores), no que se refere à procura por soluções emergenciais, após essa nova demanda instalada na escola. As atividades desenvolvidas no estágio contribuíram para a construção e o aprimoramento do meu olhar sobre a Educação numa perspectiva inclusiva, e sobre a importância da formação continuada de forma crítica e emancipatória. Também permitiram a articulação dos saberes em Educação com o cotidiano dos sujeitos envolvidos, além da reflexão acerca da importância de se sentir incluído para além dos muros da sala de aula.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica, Ensino Médio, Surdez.

Abstract: This work has the objective of presenting an experience report over an extracurricular period in Pedagogic Coordination activities, conducted on a public education institution in the country of Brazil, in the city of Natal/RN, with deaf students in the High School. Its characterized by being a descriptive study, Occurring over march/2018 until the end of the first semester of 2019. To communicate with the deaf students was used the Brazilian Sign Language (LIBRAS), recognized to be the second Brazilian official language by the Law nº 10.436, 24 April 2002. Studies involving sensorial deficiencies may indicate an easiest way to identify the necessities of learning and the use of necessary resources or support to the attendance of the deaf students. This way it's understood that's perceptible the necessity of another actions to a better learning of this persons, but it is observed that there is a lack of preparation on the initial/continued formation of those that compound the learning institution (since the persons who work on the entrances up to the teachers), in regarding of searching emergency solutions after this new demand installed on the school. The activities developed extracurricular period contributed to the built and upgrade of vision about the education on an inclusive perspective, and the importance of continued formation by an emancipatory and a critic form. Also permitted the articulation of the knowledge's in Education with the daily of the involved people, in addition to the reflection around the importance of be felt included beyond the walls of the classroom.

Keywords: Pedagogic Coordination, High School, Deaf.

Resumen: Este documento tiene como objetivo informar la experiencia vivida durante la pasantía extracurricular, en actividades en la Coordinación Pedagógica, realizada en

una institución educativa pública en la ciudad de Natal/RN, con estudiantes sordos de secundaria. Se caracteriza como un estudio descriptivo, desde marzo de 2018 hasta el final del primer semestre de 2019. Para la comunicación con estudiantes sordos, se utilizó el lenguaje de señas brasileño - LIBRAS, reconocido como el segundo idioma oficial de Brasil por la Ley n° 10.436, 24 de abril de 2002. Los estudios que involucran discapacidades sensoriales pueden indicar más claramente las necesidades de aprendizaje y el uso de recursos o apoyos necesarios para atender a los estudiantes sordos. Por lo tanto, se entiende que aunque se nota la necesidad de otras acciones para un aprendizaje significativo de estas materias, se observa que hay una falta de preparación en la educación inicial / continua de quienes integran la institución educativa (de las personas que trabajan en incluso los docentes), en relación con la búsqueda de soluciones de emergencia, luego de esta nueva demanda instalada en la escuela. Las actividades desarrolladas en la pasantía contribuyeron a la construcción y mejora de mi punto de vista sobre la educación desde una perspectiva inclusiva, y sobre la importancia de la educación continua de una manera crítica y emancipadora. También permitieron la articulación del conocimiento en Educación con la vida diaria de los sujetos involucrados, así como la reflexión sobre la importancia de sentirse incluido más allá de las paredes del aula.

Palabras clave: Coordinación Pedagógica, Escuela secundaria, Sordera.

1. Introdução

A educação se move juntamente com as transformações da sociedade, justifica-se porque a escola é uma instituição social que está inserida em um contexto marcado por luta de interesses culturais, políticos e econômicos. (Nascimento & Favoreto, 2018).

A partir dos anos 90, com a Declaração de Salamanca (1994), na Espanha, promovida pela UNESCO, teve como propósito fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (Brasil, 2008). Dessa forma, começa a haver um movimento voltado para a inclusão educacional, como possibilidade de combater a exclusão e, ao mesmo tempo, dar respostas às especificidades educacionais de grupos desfavorecidos socialmente. (Ferreira, 2006).

Isto posto, a escola regular começa a ser desafiada a se modificar, visto que, dentro dessa nova perspectiva, o local deverá ser capaz de combater atitudes de discriminação, construir uma sociedade integradora, propor que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, o acesso e a permanência na escola e tenham suas necessidades educacionais reconhecidas e atendidas.

Nesse contexto, o responsável de grande importância para que isso ocorra no meio escolar, juntamente com os professores, é o coordenador pedagógico, pois um dos principais objetivos de sua função é garantir o processo de ensino-aprendizagem bem-sucedido para os educandos em geral e, para tanto, realiza tarefas diversas no cotidiano escolar.

Segundo Bruno (2007, p.15): Podemos pensar em 3 visões possíveis para o papel do coordenador, encarregado de favorecer a formação dos professores, figura responsável dos objetivos e princípios da instituição e alguém que tenta fazer valer suas convicções, sugerindo seu modelo para o projeto.

Dessa forma, ultimamente, as pesquisas cada vez mais têm destacado os alunos com deficiência em espaços escolares, isso porque a Constituição Federal (1988), afirma “[...] é dever do Estado e será efetivada mediante garantia de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p. 35).

Educação Inclusiva propõe uma mudança significativa tanto no sistema educacional quanto na sociedade, afinal é bem mais vasto que a integração, não implica só na pessoa com deficiência, como também com todos, para que obtenha sucesso na sua vida como cidadão.

Para compreensão do cotidiano escolar, no estágio extracurricular, presencia-se problemas educacionais, sendo assim, devem se constituir em motes de pesquisa a partir dos problemas práticos vivenciados pelos estagiários e seus regentes, pois é nesse movimento de teoria e prática, que se dá a produção de conhecimento. (Schaffrth, 2007)

Dessa forma, preocupados com a inserção significativa de estudantes com deficiência, em específico os alunos surdos, a surdez é a incapacidade de audição, de acordo com o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, no artigo 2º:

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2005, p. 1).

A Coordenação Pedagógica, da escola pública da cidade de Natal/RN, onde ocorreu a presente pesquisa, se mostrou despreparada profissionalmente para receber esses alunos, os quais possuem uma língua própria, a LIBRAS. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de acordo com a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, “[...] forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, p. 1)

Preocupados com as atividades da Coordenação Pedagógica em atender esses alunos com deficiência auditiva, priorizamos nosso trabalho para as situações que envolvem alunos com surdez. Nossa objetivo foi relatar a experiência vivenciada durante o estágio extracurricular, em atividades na Coordenação Pedagógica, realizada numa instituição pública de ensino, da cidade de Natal/RN, com estudantes surdos do Ensino Médio. O recorte aqui tratado, justifica-se, pois existe uma necessidade nos cursos de licenciaturas de desenvolver possibilidades de trabalhos que articulem pesquisa, estágio e cotidiano escolar.

O texto encontra-se organizado em três seções: na primeira, intitulada os Aspectos Metodológicos, temos o percurso e considerações acerca da metodologia utilizada; na segunda, trazemos as Discussões e os Resultados, na qual tratamos dos dados coletados e a análise das observações; e, na terceira seção, estão dispostas as Considerações Finais

do estudo, apontando quais desafios e possibilidades encontradas para o referido tema.

2. Metodologia

Para compreender como a coordenação pedagógica atua e desenvolve sua função, o percurso metodológico foi realizado a partir da pesquisa qualitativa, aplicando como instrumento principal para coleta de dados, a observação-participante, na escola pública da cidade de Natal/RN, com estudantes surdos no Ensino Médio na modalidade da Educação Profissional, de forma integrada. A pesquisa ocorreu em março de 2018 até o fim do 1º semestre de 2019, durante estágio extracurricular.

Conforme Yin (2001, p. 32), a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois “[...] é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Dessa forma, a observação-participante possibilitou uma experiência etnográfica, ou seja, um estudo de um grupo ou povo em específico. (Silveira & Córdova, 2009). Ademais, tivemos oportunidade de utilizar outros instrumentos de coleta de dados, sendo eles, análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola e entrevistas informais com os alunos surdos, sujeitos da pesquisa, e coordenador pedagógico.

Outra particularidade, imprescindível, da pesquisa é sua característica de cunho descriptivo, pois descreve os fatos e fenômenos de determinada realidade (Triviños, 1987). Dessa forma, a metodologia exercida envolveu o método de Estudo de Caso, pois tem caráter qualitativo e descriptivo, envolvendo técnicas flexíveis, possibilitando o conhecimento do mais global do contexto, atribuindo ao fenômeno estudado o caráter de unidade, demandado pela lente teórica (Aguiar & Martins, 2015).

Com base nessas informações, após um ano de estágio extracurricular, observamos o quanto é significativo a participação do licenciando no dia a dia da escola, dando oportunidade a ele de entrelaçar os conhecimentos teóricos e práticos, consequentemente, contribuindo para a produção de conhecimento no campo educacional.

3. Resultados e Discussões

A partir de 2018, no estágio extracurricular, começa-se a entrar em vigência a Lei nº 13.409, 2016, na qual fala,

Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Brasil, 2016).

Dessa forma, ao se deparar com a inserção significativa desses alunos, em específicos dos surdos, observa-se que há um despreparo na

formação inicial/continuada daqueles que constituem a instituição de ensino (desde as pessoas que trabalham na portaria até os professores), consequentemente, na Coordenação Pedagógica não foi diferente. Nas observações-participantes, o nosso interesse foi observar como atendia esses alunos e auxiliava nas eliminações de barreiras durante a sua escolarização. Os resultados das observações foram, progressivamente, obtendo um resultado positivo.

No primeiro momento, a procura por soluções emergenciais foi a melhor saída, dessa forma, utilizávamos do aplicativo “Hand Talk”, esse programa faz tradução automática de texto e voz tanto para língua portuguesa quanto para Libras. Ele era aplicado, normalmente, quando não tínhamos auxílio dos intérpretes durante algumas conversas.

Entretanto, o programa começou a expor sinais desconhecidos, devido questões culturais, alguns sinais diferenciam-se por regiões, demonstrando ineficiência na comunicação. Posteriormente, utilizamos o quadro-branco, todos os dias, após a aula, alguns alunos surdos ensinavam os sinais até a espera da sua próxima aula ou ônibus.

As experiências com esse público, despertou o interesse de estudarmos a Libras, pois melhoraria a comunicação, a socialização dos mesmos e sua independência em não andar com os intérpretes de Libras. Dessa forma, procuramos o Curso de Libras, no Instituto do ÀGORA, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

De maneira geral, as deficiências sensoriais podem indicar de forma mais clara as necessidades de aprendizagem e o uso de recursos ou suportes necessários ao atendimento aos alunos surdos, todavia nos deparamos com outros obstáculos, sendo eles, a falta de orçamento afetando diretamente na contratação de intérpretes, resistência dos docentes na flexibilização das suas práticas, acarretando problemas de ensino-aprendizagem nas turmas de modo geral, não se restringindo apenas para os alunos com deficiência.

Para Lima e Reganhan (2013):

As garantias de acesso à escola tendem a possibilitar que as crianças com deficiência passem a ter as mesmas oportunidades que são oferecidas a todos. A mudança da prática em sala de aula é fundamental para que ocorra a permanência – efetiva e de qualidade – de alunos com deficiência no ensino regular (Lima & Reganhan, 2013. p. 96).

Assim, a permanência desses alunos na instituição é algo bastante discutido entre os professores e a coordenação, com o propósito de chegar a uma convenção que melhor beneficie os profissionais, sem prejudicar o processo de ensino-aprendizagem e inclusão dos alunos. Dessa forma, tanto o trabalho desenvolvido no Centro de Aprendizagem (CAP), local desenvolvido como uma monitoria, com professores e/ou tutores (que também são alunos da instituição), quanto a adaptação curricular são medidas que, antemão, dão resultados positivos – conforme relatado pela coordenadora durante o estágio extracurricular, embora muito ainda tenha que ser feito.

Por fim, o que nos pareceu foi um despreparo institucional, consequentemente, aderindo soluções emergenciais, não tão eficazes.

Com o passar das experiências, aperfeiçoaram-se as atividades e, progressivamente, as barreiras foram sendo eliminadas. Entretanto, observa-se o descompromisso da formação dos docente e dos gestores em relação a alunos com deficiência, as medidas são tomadas, somente, quando a problemática é instaurada na instituição.

4. Considerações Finais

As atividades desenvolvidas no estágio contribuíram para a construção e o aprimoramento do meu olhar sobre a Educação numa perspectiva inclusiva e, sobre a importância da formação continuada de forma crítica e emancipatória. Também permitiram a articulação dos saberes em Educação com o cotidiano dos sujeitos envolvidos, além da reflexão acerca da importância de se sentir incluído para além dos muros da sala de aula.

Com as observações, foi possível perceber o quanto a escola não está preparada, de forma adequada, para receber os alunos com surdez, isso porque o local não propicia que o indivíduo ande por qualquer lugar, dentro do ambiente escolar, com segurança que será compreendido.

Os profissionais da educação não são capacitados para esse fim, ficou evidente no comportamento de alguns professores, no qual chamamos atenção mais de uma vez, utilizar outros métodos, pois ditar durante a aula não beneficiava o aluno surdo, somente o ouvinte, mesmo com a presença do interprete de Libras. Ademais, o fato de não saber Libras dificultava na compreensão de algumas disciplinas, inclusive, Língua Portuguesa e Inglês.

Outro fator, bastante recorrente, é o descompromisso do profissional com as necessidades dos alunos com deficiência auditiva, pois por obterem o auxílio do interprete, o professor da sala regular transferia a responsabilidade da aprendizagem para esse profissional.

Assim, asseguramos a ideia de que este artigo possa contribuir com a oportunidade de pensarmos a respeito de atividades que auxiliem para a verdadeira inclusão e o papel do Coordenador Pedagógico, afinal o processo de Educação numa perspectiva inclusiva está atribuído para todos aqueles que compõem o espaço escolar. Em concomitância, despertar um olhar mais crítico e sensibilizador a respeito dessa temática, uma vez que é necessário pensar para além da nossa realidade; no sentido de não procurarmos soluções somente quando estivermos com o problema instaurado, mas sim reivindicar formações continuadas que auxiliem a qualificação profissional e o direito da Educação para todos com qualidade.

Por fim, sugerimos um olhar mais crítico a realidade do sistema educacional brasileiro e suas constantes transformações, uma delas, a inserção gradativa de alunos com deficiência nas escolas regulares. Por esse motivo, faz-se necessário uma capacitação na equipe educacional, ou seja, investir no profissional para que ele possa incluir o estudante com êxito. Um exemplo disso são, materiais adaptados, infraestrutura/ acessibilidade, profissionais capacitados, tecnologia assistiva e formações continuadas.

É evidente a diversidade de deficiências encontradas pelo mundo, por esta razão, nunca estaremos totalmente preparados. Entretanto, podemos diminuir as dificuldades quando estamos constantemente estudando, principalmente, daquelas que costumam ser comuns na escola, um exemplo disso, são as deficiências sensoriais: pessoas com cegueira, baixa visão, surdas e ensurdecidas.

Referências

- Aguiar, H. & Martins, L.A.R. (2015). *Estudo de caso como Estratégia de Mediação no AEE de Alunos com deficiência intelectual*. In: Martins, L.A.R. & Silva, L.G.S.(Orgs). Educação Inclusiva: pesquisa, formação e práticas. João Pessoa: Ideia.
- Brasil (1988). *Constituição Federativa do Brasil*, 1988.
- Brasil. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>; Acesso em: 20 de julho de 2019.
- Bruno, Eliane Bambini Gorgueira (2007). *O trabalho coletivo como espaço de formação*. GUIMARÃES, Ana Archangel et al. O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada. São Paulo: Loyola.
- Ferreira, J.R. (2006) Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: Inclusão E Educação - Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. David Rodrigues (org.). São Paulo. Editora Summus.
- Nascimento, L. & Favoreto, A. (2018). Émile Durkheim, John Dewey e Antônio Gramsci: em debate a teoria da educação transformadora. *Revista Educação em Questão*. Natal, 56(49): 250-273, jul./set, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/14010/10714> acesso em 05 Julho 2019.
- Schaffrath, Marlete dos Anjos Silva (2007). ESTÁGIO E PESQUISA. OU SOBRE COMO OLHAR A PRÁTICA E TRANSFORMÁ-LA EM MOTE DE PESQUISA. Revista Científica/FAP vº 2. Curitiba.
- Silveira, Denise & Dórdova, Fernanda, (2009). *Método de Pesquisa*. Cap. 2. p. 31-42, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Triviños, Augusto N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.
- Unesco. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.
- Yin, Roberto K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Iany Renata Arrais – 100%